

V Seminário Discente de Sociologia – PPGS/USP

21 a 23 de agosto de 2019

USP - São Paulo, SP

Grupo de trabalho: Violência, Punição e Segurança

Os efeitos da política de segurança pública nas taxas de homicídio no Espírito Santo

Daniela Cristina Neves de Oliveira¹

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Pesquisa realizada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Introdução

O presente trabalho discute a situação dos homicídios no estado do Espírito Santo (ES) a partir das políticas de segurança pública. Enfocamos o período de 2007 a 2018, quando observamos uma tendência de diminuição no número dos assassinatos, especialmente desde 2010. Em específico, neste artigo, abordamos os prováveis efeitos do Programa de segurança pública Estado Presente em Defesa da Vida, implementado em 2011 pelo governador Renato Casagrande². A diminuição dos homicídios no ES coincidiu com a realização deste Programa, que tinha como foco a redução e a prevenção da mortalidade violenta³.

Apresentamos, aqui, um resultado preliminar da pesquisa em desenvolvimento no doutorado em Sociologia, a qual tenciona compreender a situação dos homicídios no Espírito Santo por meio de dois aspectos principais: 1) as políticas de segurança pública⁴ e 2) as sociabilidades juvenis⁵ nas periferias da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)⁶. No que se refere à segurança pública, privilegiamos analisar as ações e projetos de *prevenção da violência*, principalmente juvenil, nos bairros da RMGV onde as medidas foram prioritariamente executadas. Adicionalmente, estudaremos as dinâmicas das sociabilidades juvenis nestes mesmos bairros, buscando entender de que maneira os conflitos entre jovens podem desencadear desfechos fatais e, por outro lado, como as políticas produzem efeitos na realidade desses sujeitos. Outro ponto importante será o de investigar a interação dos jovens com as autoridades policiais, como essas interações implicam numa maior ou menor sensação de (in)segurança entre os jovens nos contextos

² Renato Casagrande do Partido Socialista Brasileiro (PSB) governou o estado do Espírito Santo entre os anos de 2011 e 2014. Em 2018 foi novamente eleito governador do estado, sucedendo Paulo Hartung (PMDB).

³ A diminuição temporal da violência homicida em outros estados brasileiros, como Paraíba e Pernambuco, tem sido apontada de igual modo como evidência do sucesso de políticas de segurança pública (IPEA, FBSP, 2018).

⁴ Segurança Pública é mais um campo empírico e organizacional, o qual estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais, do que meramente um conceito teórico, conforme concebem Costa e Lima (2014). As organizações que compõem o campo da Segurança Pública geralmente são identificadas como o sistema de justiça criminal.

⁵ Sociabilidade significa, basicamente, a interação pela interação, sem envolver outros interesses que não seja o de se sentir socializado como um valor em si mesmo. Para o sociólogo alemão Georg Simmel, sociabilidade designa a forma lúdica de socição. Em nossa pesquisa, entendemos a sociabilidade como uma instância de socialização secundária entre grupo de pares, nos termos do sociólogo francês Bernard Lahire (2015).

⁶ Criada em 1995 pela Lei Complementar Estadual nº. 58/95, a Região Metropolitana da Grande Vitória é composta por sete municípios (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória) e possui área de 2.331.003 km². Em 2010, a RMGV possuía um grau de urbanização de 98% e cerca de 48% da população estadual residia nela, aproximadamente 1.951.673 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

onde vivem. Para tanto, adotamos metodologia qualitativa, partindo da perspectiva etnossociológica (BERTAUX, 2010).

Aqui, apresentamos um resultado preliminar da pesquisa, como mencionado acima, abordamos o Programa Estado Presente implementado ao longo do primeiro mandato do governador Renato Casagrande (PSB), entre 2011 e 2014. O Programa foi elevado ao status de política de Estado, sendo conduzido pessoalmente pelo governador; apoiava-se nos pilares proteção policial, proteção social e infraestrutura. Procuramos descrever a situação dos homicídios no ES por meio de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), além de identificar as principais medidas de prevenção da violência executadas no período enfocado.

O trabalho está organizado da seguinte forma, na primeira parte descrevemos a situação de violência letal no ES; na segunda, discutimos as políticas de segurança pública; por fim, na terceira parte, apresentamos as principais ações para a redução dos homicídios no âmbito do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, avaliando seus prováveis efeitos no ES.

1. Os homicídios no Espírito Santo

A violência tem sido muito presente não só no Brasil de modo geral, mas no cotidiano capixaba há muitos anos. Em relação particularmente à escalada da violência urbana no país, Peres e outros (2008) afirmam que os estudos nacionais apontam a tendência de crescimento das mortes por homicídio desde meados da década de 1980. Tais estudos iniciais permitiram a identificação de alguns fatores de risco, tais como ser jovem (de 15 a 29 anos), ser homem e morar em grandes centros urbanos. No Espírito Santo (ES), a tendência mais significativa de aumento das mortes se inicia nos anos 1980 e se estende até o ano de 2009, depois entra em queda.

Em termos globais, os indicadores mostram a concentração do problema da mortalidade violenta nos países latino-americanos, sendo que o Brasil aparece sempre na lista das nações mais violentas do planeta. As taxas mais baixas são encontradas na Europa e Oceania (IPEA; FBSP, 2018). Em particular, o ES, localizado no sudeste brasileiro, figura entre os estados mais violentos da federação. Nesse estado, aproximadamente 40% das vítimas de homicídio são jovens com idades entre 15 e 24 anos, com esse percentual passando de 50% nos bairros mais atingidos historicamente pela violência – trata-se de 25 bairros, localizados principalmente na RMGV. Os dados levam em consideração o número

total de homicídios registrados nos últimos cinco anos (IJSN, 2017). No entanto, os indivíduos nesta faixa etária compõem apenas 18% da população estadual, segundo o último Censo do IBGE.

Conforme Rodrigues e Cruz (2011) a primeira mensuração confiável do número de homicídios no contexto nacional data de 1980, quando no ES a taxa chegava a 15,1 por cem mil habitantes, com cerca de 305 homicídios em números absolutos. O número de homicídios teve o primeiro aumento expressivo no final da década de 1980, saltando de cerca de 20 para atingir o auge de 42,5 homicídios por 100 mil habitantes em 1994. Nesta década, o ES atingiu seu recorde histórico de 58,4 homicídios por 100 mil habitantes em 1998. Desde 2003, a taxa vem girando em torno de 50 homicídios por 100 mil. Porém, entre a população jovem, de 15 a 24 anos, a taxa por 100 mil habitantes chegou a 129,2 no ano de 2009.

Costa (2012), discutindo os “Mitos sobre os homicídios no Espírito Santo”, assevera que a despeito da superação das dificuldades econômicas e políticas dos anos 1990, a primeira década do século XXI foi sobremaneira violenta para a população capixaba. De modo que o saneamento das contas públicas e a volta dos investimentos que marcaram os anos do governo Paulo Hartung do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir de 2002, não foram acompanhados por reduções nas taxas de mortalidade por homicídio⁷. No período, o estado acumulou um volume significativo de mortes violentas e por isso ocupou a segunda colocação no ranking nacional de homicídios (taxa por 100 mil habitantes), entre 2007 e 2012 (IPEA,FBSP, 2018).

Para Costa (2015), apesar de um inegável aumento da violência homicida nos últimos anos, várias fontes informam que antes de 2003 mal funcionava uma Secretaria Estadual de Segurança. O autor menciona os relatos de Ewerton Guimarães (1978), o qual acompanhou casos ligados a um grupo de extermínio no qual estaria envolvido o irmão do governador Christiano Dias Lopes, nos anos 1960. Segundo esses relatos, a Secretaria de Segurança servia para descarte de corpos. Henrique Herkenoff, ex-secretário de segurança pública do Espírito Santo, afirmou em entrevista à Costa (2015) que antes de 2003, os inquéritos policiais só eram iniciados mediante insistência da família ou da imprensa, e que muitos assassinados, quando não desapareciam, eram enterrados como indigentes.

Desse modo, saber com segurança quantos homicídios aconteciam no estado antes

⁷ O Espírito Santo figurou durante muito tempo como um dos mais violentos da federação, tendo em mente que entre os anos de 1980 e 2012 apareceu sistematicamente entre os cinco estados mais violentos nos *rankings* nacionais (IPEA; FBSP, 2017).

de 2003 era tarefa de extrema complexidade. Paulo Hartung⁸, governador à época, narrou em entrevista ao autor que mal havia cadeiras para se sentar na Secretaria Estadual de Segurança quando ele tomou posse. Hartung assumiu o governo após a grave crise institucional pela qual o ES passou em 2002, quando a intervenção federal no estado quase se efetivou em função da ação criminosa e seu enraizamento nas instituições públicas e políticas.

Para compreendermos as elevadas taxas de homicídio no ES é preciso abordar o contexto político estadual. Devido à profunda crise política e institucional nos anos 1990, o problema a ser combatido no estado era identificado como “crime organizado”, de modo que o problema dos homicídios, embora grave, era num certo sentido minimizado diante de outro problema considerado maior. Vejamos. Paulo Hartung passou a governar o ES a partir de 2003, sucedendo José Ignácio Ferreira, logo após os escândalos de corrupção referentes ao governo estadual. José Ignácio foi acusado de corrupção por participar de escândalos que envolviam ele, sua esposa, seu cunhado e o presidente do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). Ademais, o ex-presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz⁹, acabava de ser cassado pelas várias acusações de envolvimento com o crime organizado e jogos de azar.

Logo no início de 2003, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, que investigava o crime organizado no ES, foi assassinado e os principais acusados eram o juiz da Vara de Execuções Penais e um dos Coronéis da Reserva da Polícia Militar do estado. Nessa conjuntura de profunda crise política, o *slogan* de campanha de Hartung foi “Um novo Espírito Santo”, promessa que envolvia o enfrentamento de dois desafios: a reestruturação administrativa do estado e a luta contra o chamado “crime organizado”. Segundo Ribeiro Jr. (2012), o “crime organizado” que dominava o Espírito Santo era comparado com a ideia de máfia, de uma criminalidade que teria se apropriado da máquina pública para satisfazer seus interesses privados. Tal situação era personificada na figura de José Carlos Gratz. Esse estado de coisas seria diferente da “criminalidade de rua”, do tráfico de drogas

⁸ Paulo Hartung foi governador do Espírito Santo entre os anos de 2003 e 2010, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Governou novamente o estado no período de 2015 e 2018.

⁹ José Carlos Gratz foi Deputado Estadual entre 1991 e 2002, era envolvido com o jogo do bicho e dono de bingos e máquinas caça-níqueis, além de ser acusado de participação em homicídios e ligações com grupos de extermínio, como o Esquadrão da Morte. Ele dominou a Assembleia Legislativa de tal maneira que inviabilizou todos os governos. Gratz não apenas foi Deputado Estadual desde 1991, como foi o presidente da Assembleia Legislativa por três mandatos consecutivos, entre 1997 e 2002. Em uma reportagem da Revista Época, foi afirmado que o político construiu durante o governo de José Ignácio uma espécie de “parlamentarismo capixaba”, contando com o apoio da maioria dos deputados, de modo que tinha o poder de tornar o estado governável ou não (RIBEIRO JR., 2012).

comandado por grupos criminosos, como no caso do Rio de Janeiro, por exemplo. A “bandagem” no ES, nos termos do então presidente da OAB-ES em 2004, Agesandro da Costa Pereira, não era como no Rio de Janeiro, desqualificada, conquanto forte, aqui ela era acobertada pelo governo, infiltrada nas instituições públicas. Dessa forma, apesar das expressivas taxas de homicídio desde o início dos anos 1990, a visão era de que este não era o verdadeiro problema do estado. Ou seja, não havia um problema de segurança pública, mas de “crime organizado”, de máfia.

Bittencourt (2014) explica que do fim da última ditadura militar até o estabelecimento do Programa Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social (PROPAS), em 1999, o ES não teve política de segurança pública efetiva. A política estadual nesse sentido se limitava a uma reação repressiva, parcial e fragmentada a incidentes criminais, previamente regulamentada por leis federais. Isso também era uma consequência do que ocorria a nível do governo federal, que da mesma forma não tinha política de segurança pública propriamente dita. A partir de 1999 há uma iniciativa governamental de construção de uma direção política efetiva sobre os órgãos de segurança pública, com os “planos de segurança pública”, geralmente apoiados pelo governo federal. Contudo, devido à crise política mencionada anteriormente que se arrastava desde os anos 1990, essa busca ganhou novo impulso após 2003, por meio de uma circulação de elites que reorganizou a hegemonia política local.

Ribeiro Jr. (2012) critica o fato de que quando o governo estadual, ao longo do segundo mandato de Hartung (2007-2010) declarou o combate à criminalidade difusa, abandonando o discurso do “crime organizado”, os índices de homicídio voltaram a crescer, até chegar próximo ao ápice do ano de 1998 (58,4 homicídios por 100 mil habitantes), já que em 2009 a taxa foi 57,3. Desse modo, os resultados das políticas públicas de segurança se mostraram contrários as suas propostas.

Além do problema dos homicídios, durante o segundo mandato de Hartung foi desencadeada uma crise no sistema penitenciário, em que as prisões capixabas ficaram conhecidas como “as masmorras de Hartung”¹⁰. Nara Borgo, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-ES na época, publicou um artigo em 2011 em que afirmava que o Plano Estadual de Segurança Pública deste segundo mandato de Hartung enfatizava o respeito aos direitos humanos, planejava garantir “condições humanas” de

¹⁰ Elio Gaspari em sua coluna tornou público o fato para todo o país, denunciando o que acontecia no estado. Segundo o texto, o sistema prisional capixaba envergonharia o soba do Uzbequistão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0703201010.htm> Acesso em: 19 de julho de 2019.

encarceramento. Todavia, as condições reais de encarceramento no Espírito Santo foram objeto de denúncia pelo Conselho Penitenciário Nacional no ano de 2009 e culminaram com pedido de intervenção federal no Estado. As horrorosas condições também foram denunciadas na Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Borgo (2011), tortura, uso indiscriminado de gás de pimenta nos estabelecimentos penais, maus-tratos, superlotação, homicídios, entre outros, foram algumas das sérias denúncias que a Comissão de Direitos Humanos da OAB-ES recebeu enquanto o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social estava em prática, em vergonhosa contradição com as diretrizes e objetivos mencionados no documento.

Em relação às expressivas taxas de homicídio, Borgo comenta que os investimentos na compra de viaturas, coletes balísticos, armamentos e equipamentos de proteção individual anunciados no documento não foram suficientes para conter e reduzir a criminalidade no ES. No Plano também havia um projeto que versava sobre o “controle de indivíduos de alto risco”, que visava capturar e encarcerar criminosos, além de intensificar o policiamento ostensivo nos bairros que apresentavam maiores casos de criminalidade. Tais ações denominadas de “ações de repressão qualificada” bem como o “controle de indivíduos de alto risco” acabaram por trazer a Comissão de Direitos Humanos da OAB/ES denúncias do uso exagerado da força policial, incluindo violência física, uso de gás de pimenta, uso indiscriminado de algemas, entre outras violações de direitos humanos. Chama atenção o fato de que apesar dos investimentos em segurança pública noticiados pelo governo estadual naquele período, as políticas de segurança não alcançaram os objetivos declarados, ao contrário, podemos dizer, num certo sentido, que fracassaram.

Pois bem, contemporaneamente no Brasil, apesar dos mais de 60 mil homicídios em 2017, alguns estados apresentaram nos últimos anos redução nas taxas de mortalidade violenta. Por exemplo, a relativa diminuição dos homicídios no Espírito Santo desde 2010 se destaca. O “Atlas da Violência 2017” aponta como provável explicação a implantação do programa Estado Presente em Defesa da Vida em 2011, no âmbito do governo Renato Casagrande (PSB). Em 2013, o Espírito Santo saiu da lista dos cinco estados mais violentos do país (pela primeira vez desde 1980), ocupando em 2015 a 15ª posição nacional. Esse movimento de redução pode ser notado pela tabela abaixo. Podemos

observar que o Espírito Santo se destacou entre os demais estados da Região Sudeste pelas elevadas taxas de homicídio.

Tabela 1 – Taxa de homicídios do Brasil e por estado da região Sudeste (2006 a 2016)

Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3
ES	50,9	53,3	56,4	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0
MG	21,4	20,9	19,6	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0
RJ	47,5	41,6	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4
SP	20,4	15,4	15,4	15,8	14,6	14,0	15,7	13,8	14,0	12,2	10,9

Fonte: Atlas da Violência 2018 (IPEA; FBSP, 2018). Elaboração da autora.

Abaixo apresentamos o número absoluto de homicídios coletados a partir do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS). Seleccionamos os óbitos causados por agressão na Categoria CID-10 do X85-Y09, mais óbitos por intervenção legal, Y35-Y36.

Tabela 2 – Números absolutos de homicídios no Espírito Santo (2007-2017)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	1.885	1.948	1.996	1.794	1.681	1.693	1.627	1.609	1.456	1.271	1.522

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS). Elaboração da autora.

Notamos uma redução no número de mortes violentas a partir do ano de 2010 e um aumento em 2017, o qual se deve provavelmente à “crise da segurança pública”, em que houve uma paralisação dos Policiais Militares em fevereiro de 2017, somente neste mês

219 pessoas foram assassinadas. A paralisação teve início no dia 03 de fevereiro e durou até o dia 25 de fevereiro¹¹.

A partir de agora passamos a discutir as políticas de segurança pública e depois o Programa Estado Presente em Defesa da Vida, enfocando as ações empreendidas no sentido de prevenção da violência. O alvo é analisar as políticas e compreender seus prováveis efeitos na redução dos assassinatos.

2. Políticas de segurança pública

As políticas públicas são definidas como um campo interno ao estudo da política que analisa o governo à luz das grandes questões públicas. As políticas públicas como subárea da Ciência Política se concentram tanto no estudo das instituições como nos atores nelas trabalhando, quanto nessa interação entre agência e estrutura. A análise de políticas públicas avança no sentido de avaliar as políticas executadas nas mais diversas áreas de governo. Cabe ao governo em exercício a escolha de suas políticas públicas quer pela continuação das políticas de governos passados quer pela elaboração de suas próprias políticas. Sua inserção na agenda do Executivo acontece pelo grupo no poder que, por conseguinte, controla a agenda do presidente ou governador, isso é permeado por uma série de interesses públicos e privados (SOUZA, 2006)..

A segurança pública é um ramo das políticas públicas de responsabilidade do Estado, um direito civil descrito na Constituição brasileira de 1988 nos seus artigos 5º e 6º. Como prerrogativa do Estado é o meio institucional democrático e legal de se instituir o monopólio legítimo da violência. Enfatizamos que a diminuição temporal da violência homicida em certos estados brasileiros, recentemente, como Paraíba, Pernambuco e Espírito Santo, tem sido apontada como evidência do sucesso de políticas de segurança (IPEA, FBSP, 2018). O programa Estado Presente em Defesa da Vida implementado em 2011, no primeiro mandato do governador Renato Casagrande foi em parte inspirado na

¹¹ Nesse período, mulheres e familiares dos policiais militares do Espírito Santo realizaram bloqueios nos Batalhões da Polícia Militar de diversas cidades do estado, reivindicando, sobretudo, reconhecimento da posição da categoria e implementação de medidas pelo Estado para aprimoramento de direitos trabalhistas. O evento levou ao caos na segurança pública do Espírito Santo, sendo tratado por seus opositores como uma mobilização grevista, uma “greve branca” da Polícia Militar, impedida constitucionalmente deste tipo de movimento. Cf. Rocha (2018).

experiência do estado de Pernambuco a partir do Programa “Pacto pela Vida”¹², executado pelo ex-governador Eduardo Campos (PSB). Segundo Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015), São Paulo, Nova York e Bogotá, por exemplo, apresentaram redução de suas taxas de homicídios e de seus indicadores de violência e criminalidade de uma forma geral, em períodos relativamente curtos através de políticas específicas na área de segurança.

Cada tipo de política pública encontrará formas diversas de apoio e rejeição, cenário em que disputas ocorrerão em torno de sua decisão em diversas arenas no âmbito do governo/poder. Desse modo, o papel desempenhado pelos agentes da política é fundamental para seu sucesso. O ciclo teórico da política pública consiste em: definição da agenda; identificação das alternativas; avaliação das opções; implementação da política pública; e seu julgamento posterior (SOUZA, 2006). A definição das agendas leva geralmente em consideração o reconhecimento do problema específico. O problema é reconhecido quando há demanda política e social, principalmente quando os eleitores/cidadãos apresentam a demanda expressivamente para os governantes.

Segundo Zaverucha e Nóbrega Jr (2015), definir uma política pública de segurança requer: elaboração de estratégias e que essas passem pelo filtro da agenda dos tomadores de decisão; identificação de alternativas de políticas em face as existentes; avaliação das opções identificadas; seleção da política pública mais importante; e sua implantação. Finalmente, a política deve passar por constante avaliação e readequação, na medida em que houver necessidade. Os autores apontam três indicadores que servem como termômetro para chamar atenção dos tomadores de decisão, das autoridades, são eles: divulgação de indicadores capazes de explicar a dimensão do problema; eventos como desastres ou a repetição do mesmo constante problema; informações pela mídia e pela sociedade civil organizada, apontando as falhas na política atual ou seus resultados indesejáveis.

¹² O Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, também conhecido como Pacto Pela Vida teve início em maio de 2007, e sua principal meta foi a redução dos homicídios em 12% ao ano. Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015) destacam que durante a execução do programa houve um aumento do efetivo da Polícia Militar (25% entre 2007 e 2009), aumento do contingente da Polícia Civil (30%) e da Polícia Científica (50%). Os gastos com a segurança pública também aumentaram, crescimento na ordem de 19,5%, entre 2007 e 2009, saltando de R\$ 23 milhões para R\$ 68 milhões. Houve cobranças de resultados específicos de acordo com a circunscrição regional, inteligência voltada para a apreensão de homicidas contumazes, georeferenciamento de lugares críticos, sofisticação do banco de dados criminais, relatórios periódicos sobre o andamento do programa, bem como reuniões mensais de avaliação com a participação do governador. Como resultado, os homicídios diminuíram de 2008 para 2012 – 25,16%, ou mais de mil assassinatos. Isso demonstra, conforme os autores, que de certa forma as políticas públicas de segurança foram fundamentais para a redução dos homicídios em Pernambuco, num curto período de tempo. Em 2008, o número absoluto de homicídios em Pernambuco foi 4.345, já em 2012, foi 3.326.

No que se refere aos condicionantes para os homicídios no Brasil, parte da literatura aponta para a forte relação entre pobreza/desigualdade social e os homicídios. Contudo no Nordeste, segundo Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015), pobreza e desigualdade não apresentam relação com o crescimento da violência homicida. Entre 2000 e 2012 os homicídios cresceram de forma contínua na Região Nordeste do país. Com exceção de Pernambuco, todos os estados nordestinos apresentaram crescimento expressivo nas taxas desse crime. Os autores compreendem que as práticas de gestão efetuadas na segurança pública pernambucana foram importantes para a redução do número de homicídios no estado, assim como o papel dos tomadores de decisão na condução do programa de segurança pública “Pacto pela Vida”. A análise mostra que os homicídios diminuíram em Pernambuco em parte pela melhoria do papel do estado em dispositivos de contenção.

Beato Filho (2012) chama atenção para o “paradoxo” da evolução negativa na segurança pública no Brasil, que consiste no seguinte. No ano de 2009, o Brasil alcançou a marca de um milhão de mortes por homicídio, desde que o Ministério da Saúde iniciou sua contabilidade no final dos anos 1970. Esses dados conferem ao país o lugar de um dos mais violentos do mundo. Trata-se, na compreensão do autor, de um paradoxo, haja vista que esse aumento dos homicídios ocorreu num tempo de melhoria generalizada dos indicadores sociais, bem como de fortalecimento das instituições democráticas brasileiras. Por exemplo, a expectativa de vida dobrou nesse período, e a taxa de mortalidade infantil baixou consideravelmente, o número médio de anos de estudo aumentou, houve também melhoria das condições sanitárias das casas brasileiras. Todavia, a despeito disso, o país se destacou como um dos mais violentos da América Latina, que, por sua vez, é uma das regiões mais violentas do mundo. Desse modo, coloca-se a questão é: se as condições de vida, de modo geral, melhoraram, por que as formas de violência e crimes aumentaram?

A taxa de homicídio por 100 mil habitantes era menos de 10 em 1979, e passou para cerca de 30 em 2003, o que significou um aumento de quase três vezes. Beato Filho (2012) chama atenção para mudanças nas taxas de homicídio entre as regiões do Brasil. A região Nordeste que concentrava apenas 20,8% dos homicídios no início dos anos 1980 contra os 55% na região Sudeste, agora a supera e passa a concentrar 35,6% do total dos homicídios brasileiros em números absolutos. Contudo, a última década assistiu um crescimento dessas cifras em todas as regiões (à exceção do Sudeste, devido ao êxito logrado por políticas em seus estados), à exceção do Espírito Santo, tendo em mente que no período em que o autor realizou o estudo, os homicídios estavam em trajetória de

crescimento¹³ neste estado. Em sua concepção, a diminuição de 59,8% dos homicídios em São Paulo em relação ao ano de 2001, a redução dos homicídios no Rio de Janeiro, desde 2002, e em Minas Gerais, que diminuiu 15,4% das mortes violentas em relação à 2004, é resultado dos investimentos em políticas mais ou menos sistêmicas de segurança pública, por meio do desenvolvimento de projetos e programas. Neste sentido, o autor se alinha ao entendimento de Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015) no que se refere à relação positiva entre redução dos homicídios e políticas públicas de segurança adequadas.

Sapori (2012) também encontra nas (ineficientes) políticas de segurança pública uma explicação para a permanência dos homicídios no Brasil. O autor analisa a dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos e aos indicadores de violência urbana. Ele aponta, assim como Beato Filho (2012), duas macrotendências, quais sejam, crescente inclusão social verificada na primeira década do novo milênio e progressiva deterioração da segurança pública. Desse modo, diz que estamos diante de um aparente paradoxo, pois se a sociedade brasileira realiza conquistas sociais, era de se esperar que a criminalidade seguisse caminho contrário, no sentido da redução. Entretanto, Sapori (2012) argumenta que não se trata de um paradoxo, pois a dinâmica da violência urbana não é mera derivação da dinâmica da estrutura socioeconômica. A elevada e crescente incidência dos homicídios na sociedade brasileira seria afetada por outros fatores concernentes à consolidação do tráfico de drogas, à persistente impunidade e à gestão ineficiente das políticas de segurança pública.

No que concerne especialmente às políticas de segurança pública, Sapori (2007) afirma que uma característica comum marca as políticas federal e estadual de segurança pública na sociedade brasileira nos últimos 20 anos, qual seja, a prevalência do gerenciamento de crises. Para o autor, a falta de uma racionalidade gerencial nesse âmbito das políticas públicas é um fator crucial da ineficiência dos governos e, desse modo, a criminalidade é aprofundada. Ele explica que planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente de recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, tanto no âmbito federal quanto estaduais. As políticas de segurança pública no Brasil nas duas últimas décadas teriam se resumido a uma série de intervenções governamentais espasmódicas e reativas, voltadas para a solução imediata de crises periódicas na ordem pública.

¹³ Cf. tabela 1.

Segundo Beato Filho (2012), a proposição de políticas públicas de segurança, no Brasil, acontece num movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. A ideia da reforma decorre da crença de que o crime resulta de fatores socioeconômicos, os quais dificultam o acesso a meios legítimos de sobrevivência. Esse estado de coisas se traduz tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens e serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com subgrupos desviantes. Desse modo, propostas de controle da criminalidade passam, inevitavelmente, tanto por reformas sociais de profundidade como por reformas individuais, no intuito de reeducar e ressocializar criminosos. Conforme o autor,

A par de políticas convencionais de geração de empregos e combate à fome e à miséria, ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos da carência, além de inculcar em jovens candidatos potenciais ao crime novos valores, por meio da educação, da prática de esportes, do ensino profissionalizante, do aprendizado em artes e da convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes (BEATO FILHO, 2012, p. 39).

Além disso, também existe a concepção de que a criminalidade cresce quando é baixa a disciplina individual e o respeito às normas sociais. Por isso, políticas de segurança enfatizam a necessidade de atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social. Por conseguinte, isso significa legislações mais duras e maior policiamento ostensivo. Beato Filho (2012) afirma que boa parte das emendas parlamentares no Congresso Brasileiro se orientou por essas convicções, nos últimos anos.

A partir de agora, abordamos o Programa de segurança pública Estado Presente em Defesa da Vida, implementado no ES entre 2011-2014, que provavelmente foi o responsável pela diminuição das taxas de homicídio neste estado. O Programa estava orientado por certa concepção de “segurança cidadã”, a qual envolve uma noção de *prevenção social da violência*. A violência passa a ser entendida como resultado de diferentes e múltiplas causas, nesse sentido, o seu enfrentamento deve englobar diferentes e variadas frentes. Para tanto, a política de segurança neste período tem em comum em termos de proposta, articular diferentes setores dos governos e da sociedade no enfrentamento da violência e do crime. Ou seja, parte de uma perspectiva intersetorial (SEP, 2013).

3. O Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2011-2014) e os homicídios no Espírito Santo

Problematizamos, neste tópico, se a diminuição recente dos homicídios no Espírito Santo pode ser em alguma medida atribuída à política de segurança pública implementada. E por quais mecanismos ela teria contribuído para a redução dos assassinatos. Para essa análise utilizamos como material empírico o livro de autoria do governador Renato Casagrande, em que apresenta os resultados do Estado Presente, como sendo “um novo modelo de segurança pública” (CASAGRANDE, 2015), bem como o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, publicado em 2013 pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, onde as diretrizes para a segurança pública no estado estão definidas (SEP, 2013).

É preciso dizer que neste período o homicídio no Espírito Santo já é construído pelo estado como um problema, o qual demanda real enfrentamento. Isso pode explicar o próprio nome “Estado Presente: *em defesa da vida*”. Após uma conjuntura crítica de luta contra o denominado “crime organizado”, crise na segurança pública, especialmente no sistema penitenciário, em que as prisões no ES passaram a ser conhecidas como “as masmorras de Hartung”, e o contínuo crescimento das mortes violentas, o estado apresenta mais uma proposta para reduzir a criminalidade violenta.

Pois bem, um dos focos estratégicos do Plano de Desenvolvimento ES 2030¹⁴ é a “segurança cidadã”, juntamente com capital social e instituições, educação e saúde. O documento afirma que para alcançar níveis elevados de desenvolvimento é preciso “trabalhar pessoas em seus territórios”. Nesse sentido, seria preciso garantir estratégias adequadas para, entre outras coisas, “garantir o exercício pleno da cidadania, por meio de ações capazes de ampliar a segurança e a percepção de um território pacífico e com cooperação mútua de seus habitantes e organizações” (SEP, 2013). Os objetivos da segurança cidadã são: diminuir a criminalidade, aumentar a sensação de segurança do cidadão e garantir as condições plenas do exercício da cidadania.

¹⁴ Segundo a Secretaria de Economia e Planejamento o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 é um planejamento de longo prazo, com o objetivo de definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil. Coordenaram a construção do Plano a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), o Instituto Jones dos Santos Neves, o Fórum das Entidades e Federações (FEF), o Espírito Santo em Ação e a Petrobras. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf> Acesso em: 22 de julho de 2019.

A segurança cidadã, segundo o documento, pressupõe o entendimento ampliado do conceito tradicional de segurança pública, destacando a figura do cidadão e assumindo a criminalidade como fenômenos sociais de múltiplas causas. Tal concepção requer a intervenção integrada de diferentes setores públicos e da sociedade. O Plano enfatiza que a “violência” não é tomada apenas como uma questão de polícia, dado que abrange desde a violência incidental até formas organizadas do crime.

O documento afirma que políticas públicas e ações sociais precisam ser formuladas direcionadas à prevenção e qualifica três tipos de prevenção, a saber: primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, sistema de videomonitoramento, policiamento ostensivo), terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional). Essa ideia de prevenção da violência e do crime implica a articulação de diferentes setores do governo e da sociedade. Assim, podemos dizer que se trata de uma proposta intersetorial.

O Estado Presente, então, estava baseado nestes pressupostos. O planejamento e as iniciativas do Programa tinham como referência 30 aglomerados do estado (20 localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória e 10 em municípios do interior do estado). Esses locais concentraram em 2010 mais de 50% dos crimes letais intencionais (somatórios dos incidentes de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), e boa parte da população vivendo em condições sociais adversas. O Programa foi composto pelos eixos proteção policial, proteção social e infraestrutura. O eixo da proteção policial objetivava intensificar a repressão ao tráfico de drogas, ao porte ilegal de armas de fogo e o cumprimento de mandados de prisão. A proteção social tencionava a integração das ações governamentais com o foco de criar uma ambiência de cidadania e ampliar o acesso aos serviços públicos. Por fim, o eixo da infraestrutura visava o investimento em obras de infraestrutura em unidades policiais; construção, reforma e ampliação de unidades da rede de saúde e educação pública; melhoria de infraestrutura urbana; aquisição de novas ferramentas tecnológicas, viaturas e equipamentos de proteção individual.

No início de seu mandato em 2011, o governador instituiu a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE), estrutura governamental vinculada diretamente ao seu gabinete com o propósito de planejar, integrar e coordenar o esforço governamental para incluir a prevenção como componente integral da política de

segurança. A Secretaria tinha o papel de modernizar e aprimorar a gestão do sistema de segurança pública, integração das polícias, destinação de recursos pelas demais secretarias para proporcionar mais qualidade de vida aos cidadãos nos aglomerados. O modelo de governança adotado pelo Estado Presente, sob a coordenação da SEAE e a liderança do governador, foi estruturado a partir de um conjunto de indicadores e metas. Uma parte importante do trabalho analítico ocorria periodicamente em reuniões presididas pelo governador.

Renato Casagrande afirmou por ocasião de sua participação num seminário da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017 sobre os caminhos para a efetividade da segurança pública no Brasil¹⁵, que embora os investimentos na área da segurança estadual tenham superado os anteriores durante seu mandato, sobretudo no que concerne à estrutura física e o pessoal do setor, o ponto mais fundamental do Programa Estado Presente foi dado no campo institucional. Isto é, o chefe do executivo esteve à frente das ações. Reuniões de avaliação junto com a equipe do governo, dirigentes dos municípios, demais poderes e instituições, foram instituídas o que, na concepção de Casagrande, era um sinal evidente da integração de diferentes áreas da administração estadual e, simultaneamente, da articulação com as demais instituições da sociedade. Essa articulação institucional e a definição clara da prioridade possibilitou pela primeira vez um período longo de redução dos homicídios, segundo a avaliação dele.

No que se refere especialmente às políticas de prevenção da violência, que vão além das implementadas pela área da segurança pública, envolvendo outras esferas governamentais, foram criadas estratégias de integração das famílias com as unidades escolares tencionando diminuir a evasão escolar e melhorar o desempenho escolar dos estudantes. Nesse sentido, foi instituído em 2012 o projeto “Coordenadores de Pais”, cujo alvo era promover uma interação assídua dos familiares dos alunos nos trabalhos desenvolvidos pelas escolas, por meio de um profissional que atuava no eixo escola-família. Além deste, foi desenvolvido também o projeto “Esporte pela Paz”. Os núcleos ofereciam atividades esportivas em 16 modalidades para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos. Outro projeto realizado no período foi o “Cultura Presente”, que contemplava a realização de apresentações culturais, espetáculos, oficinas de teatro, dança de rua, sessões de cinema, núcleos de inclusão musical, orquestra nos bairros prioritariamente atendidos

¹⁵ Disponível em: <https://epge.fgv.br/conferencias/caminhos-para-a-efetividade-da-seguranca-publica-no-brasil-2017/files/casagrande-estado-presente.pdf> Acesso em: 04 de junho de 2019.

pelo Estado Presente. Também foram implementados projetos de qualificação profissional nos aglomerados definidos do Programa.

É importante mencionar que a maioria desses projetos era direcionada aos adolescentes e jovens, dado que são mais vulneráveis a sofrer violência letal. Peres et al. (2010) afirma que a ideia de prevenção da violência juvenil está atrelada à noção de desenvolvimento saudável. A promoção do desenvolvimento saudável considera essencial a vinculação dos jovens às diferentes esferas de socialização (família, escola, comunidade, grupo de pares), as quais devem suprir suas necessidades e promover o desenvolvimento de suas capacidades.

Em termos de investimentos na área da educação e cultura, Casagrande (2015) aponta que 38 novos laboratórios foram construídos nas escolas de rede pública estadual e 78 escolas foram construídas, reformadas e ampliadas, em 29 municípios, entre 2011 e 2014. Além disso, 5.310 adolescentes foram atendidos nos seis Centros Estaduais de Idiomas (CEI), com 60 alunos estudando pelo *UP With English*, realizado em parceria com a Embaixada Americana, Movimento ES em Ação e IBEUV; 167 bolsas de intercâmbio foram ofertadas para viagens de estudo em quatro países (EUA, Canadá, Argentina e África do Sul); 6.303 pessoas foram beneficiadas com bolsas de estudos em 64 cursos de ensino superior, ofertadas entre 2011 a 2014, para todo o estado; 9.667 estagiários foram selecionados prioritariamente nas áreas do Programa para atuar em 53 secretarias e órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Espírito Santo, entre 2011 e 2014; 118.077 pessoas foram beneficiadas com oficinas, espetáculos e shows, de 2011 a 2014; 3.448 crianças e adolescentes foram atendidos em Núcleos de Musicalização nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, localizados na RMGV; 1.158 adolescentes e jovens foram envolvidos com os 24 projetos sociais entregues às comunidades de 2012 a 2014; 14.960 crianças e adolescentes foram atendidos de 2011 a 2014, em 16 modalidades esportivas nos 50 núcleos de “Esporte pela Paz”, espalhados em seis municípios e 16 aglomerados; 34.011 alunos foram beneficiados, nos anos de 2012, 2013 e 2014, pelo projeto “Coordenadores de Pais”, bem como 36 escolas foram atendidas em 6 municípios, com 18 aglomerados; R\$ 2 milhões de recursos foram destinados à pesquisa na área de Segurança Pública, por meio de editais publicados de 2012 a 2014 e 8 projetos de pesquisas habilitados nos anos de 2012 e 2013.

Em termos dos investimentos no campo específico da Segurança Pública, 5.844 novos policiais foram incorporados, o que significou a maior contratação de profissionais da segurança pública em uma única gestão, representando um aumento de 60% em relação aos efetivos existentes nas corporações em janeiro de 2011. Ademais, 2.691 viaturas foram adquiridas, desse modo, o governo dobrou a frota encontrada em 2011, que era de 2.473 veículos; mil câmeras de videomonitoramento foram instaladas em pontos estratégicos a partir da análise georreferenciada de indicadores criminais em 16 cidades; 5.200 homicidas foram presos de 2011 a novembro de 2014¹⁶; e mais de 15 mil armas foram apreendidas no Espírito Santo neste período (CASAGRANDE, 2015).

Fajardo, Secretário de Estado da mencionada SEAE, Barreto, Major da Polícia Militar e Assessor da SEAE e Figueiredo, Assessora Especial da SEAE, apresentaram no “VII Congresso de Gestão Pública” em 2014, um trabalho sobre o Programa Estado Presente. Com este material podemos observar as concepções que sustentaram o governo na construção da política pública. Para os autores, a violência exponencial no Espírito Santo pode ser explicada pelo fato de a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) ter se tornado a partir dos anos 1970 um polo atrativo de investimentos¹⁷ sem que tivesse recebido, no mesmo período, investimentos voltados para a segurança pública e defesa social. Essas ideias corroboram a explicação de Rodrigues e Cruz (2011), que abordam o processo de industrialização e urbanização no ES e sua complexa relação com o fenômeno criminal¹⁸.

¹⁶ Alguns estudos tentam relacionar a queda de homicídios ao aumento do aprisionamento de determinados grupos, especialmente dos chamados “homicidas contumazes”. Apesar de os trabalhos não serem conclusivos quanto à correlação entre o aumento do número geral de prisões e a redução dos homicídios, o quadro se altera quando as prisões se concentram em grupos específicos. Kahn e Zanetic (2009) constataram importante correlação entre o aprisionamento desses homicidas contumazes e a redução das taxas de homicídio. O mesmo foi descoberto por Zaverucha e Nóbrega Junior (2015) ao avaliar os efeitos do programa Pacto pela Vida na redução dos homicídios em Pernambuco. Os autores verificaram correlação entre as prisões de homicidas e a redução dos homicídios, sendo que as prisões por homicídio qualificado tiveram efeitos mais significativos do que as prisões por homicídio simples.

¹⁷ Conforme Nader (2003), em 1970 Vitória possuía 218 estabelecimentos industriais. Nos dez anos seguintes, foram criadas ao redor da cidade inúmeras empresas; por exemplo, na década de 1980 foram registradas 646 indústrias. Vitória passou a comportar indústrias de transformação. No período de 1970 a 1993, as indústrias localizadas em Vitória cresceram em torno de 336%. O crescimento industrial a partir de 1970 contribuiu para que a cidade tivesse seu espaço expandido para seu entorno com a instalação de pequenas empresas.

¹⁸ Na década de 1970 houve no ES a implantação dos chamados grandes projetos industriais. A cidade de Vitória, capital do ES, emergiu como centro metropolitano, havia favelas espalhadas na região do centro, ocupando os morros. Não houve nesse período uma política habitacional eficiente e voltada para a população de baixa renda, o que impulsionou o rápido alargamento da periferia da Grande Vitória, a qual sem

Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) apontam as elevadas taxas de homicídio como indicadores das consequências desse processo acelerado de industrialização e urbanização. Entre 1979 e 2008, a RMGV apresentou um crescimento real de cerca de 1423% no número de registros de homicídios. As vítimas, em sua maioria eram do sexo masculino (91%), de cor parda (70%), tinham entre 15 a 24 anos (51%), eram solteiras (72%), foram vitimadas com o uso de arma de fogo (88%) e em 21% dos casos recebeu algum tipo de socorro médico. De maneira geral, o crescimento da violência letal nos municípios da RMGV não aconteceu de maneira homogênea, mas concentrada, apresentando algumas características comuns em sua distribuição: bairros ou conjuntos de bairros com grande densidade demográfica, de ocupação recente (menor que 30 anos, principalmente), caracterizados por baixo grau de urbanização e população residente de baixo nível socioeconômico.

Segundo os autores, a RMGV respondeu por cerca de 65% dos casos de violência letal no Espírito Santo em 2011. Assim como a dinâmica metropolitana define a distribuição e concentração da violência letal em todo o estado, um pequeno número de bairros concentra grande parte da violência na região metropolitana. Por exemplo, em 2011, dos 839 bairros que compõem a malha metropolitana, as 20 regiões mais violentas responderam por aproximadamente 42% do total de homicídios registrados na RMGV e por cerca de 27% do estado do ES.

Segundo os autores, objetivando ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior (redução de 9,3% no número de registros de homicídio entre 2009 e 2010) teve início em 2011 a implantação do Estado Presente. O principal objetivo declarado do Programa foi promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária por meio da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade social. O conceito de vulnerabilidade social empregado no âmbito do Estado Presente se referia ao conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos capazes de reduzir o nível de bem-estar de uma determinada população, em decorrência de sua exposição a certos tipos de risco. Não se restringe à noção de pobreza, mas inclui de igual modo a composição familiar, as

infraestrutura e condições adequadas de habitação, passou a abrigar considerável parcela da população do Estado (RODRIGUES, CRUZ, 2011).

condições e o acesso aos serviços de saúde, a qualidade e o acesso ao sistema educacional, a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, etc.

O processo de definição das regiões atendidas – chamadas de aglomerados¹⁹ – baseou-se em procedimento metodológico estruturado sobre o cruzamento de um conjunto de variáveis georreferenciadas em bases cartográficas, e atendeu a critérios de contiguidade geográfica e de similaridade dos padrões de urbanização, características socioeconômicas, demográficas e de violência letal.

Considerações Finais

O programa Estado Presente teve como metodologia a integração das ações das polícias civil e militar no direcionamento do enfrentamento qualificado da criminalidade. A união do trabalho policial qualificado, com a implantação de políticas sociais foi o diferencial do Programa, segundo o governo, o qual estava baseado numa noção de “segurança cidadã”, como vimos.

Comparando o ano de 2009 com o de 2014, notamos uma redução de 387 mortes violentas. Apesar disso, as taxas de homicídio permanecem altas, acima da média nacional. Os homicídios continuaram a cair até 2016 e aumentaram no ano de 2017, que foi um ponto fora da curva da trajetória declinante das mortes. Esse aumento em parte foi consequência da greve da Polícia Militar em fevereiro daquele ano, que durou 22 dias e quando 219 pessoas foram assassinadas. Isso sinaliza de algum modo a fragilidade das políticas de segurança pública e o quanto elas podem provavelmente condicionar o crescimento ou a queda da violência letal.

Pelo que foi apresentado acima, acreditamos que a recente trajetória de queda dos homicídios no Espírito Santo pode ser provavelmente explicada pelas melhorias na segurança pública, a partir do aumento de investimentos do estado na área, articulado com investimentos e projetos nos campos da educação e cultura, por exemplo. Todavia, o estudo deve ser aprofundado. As políticas de segurança pública implementadas entre 2007 e 2010 precisam ser avaliadas, bem como os investimentos em políticas sociais, a fim de

¹⁹ Como mencionado antes foram identificados 30 aglomerados (20 localizados na RMGV e 10 em municípios do interior do estado). Os municípios contemplados pelo programa foram: Cariacica, Vila Velha, Vitória, Viana e Serra (localizados na RMGV); e Linhares, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Colatina, Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário, Sooretama e Baixo Guandu (localizados no interior). Nestes locais estavam concentrados mais de 50% dos crimes letais intencionais (FAJARDO et al., 2014).

compreendermos se porventura produziram efeitos nos anos posteriores. É necessário analisar detidamente os investimentos em educação, cultura e saúde, por exemplo, para verificar se existe alguma correlação com a diminuição das mortes.

Outro ponto importante da pesquisa será analisar as políticas de prevenção da violência juvenil implementadas nos bairros dos aglomerados definidos pelo Programa, a fim de investigar se tiveram impacto positivo na redução das mortes, sobretudo de jovens. Nesse sentido, a estudo prevê uma pesquisa qualitativa nos bairros, a fim de avaliar tanto as políticas a partir da perspectiva dos atores institucionais, quanto da perspectiva dos sujeitos sociais atendidos, os jovens em seus contextos.

Referências bibliográficas

- BEATO FILHO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BORGO, Nara. Por um novo modelo de segurança pública. OAB-ES. Disponível em: <http://www.oabes.org.br/noticias/artigo-por-um-novo-modelo-de-seguranca-publica-553411.html> Acesso em: 19 de julho de 2019.
- CASAGRANDE, Renato. **Estado Presente em Defesa da Vida**: um novo modelo para a segurança pública. Fundação João Mangabeira, 2015.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de (Orgs.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. Mitos sobre homicídios no Espírito Santo. In: **III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, 2012, São Carlos - SP. Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram**: empreendedorismo violento e acumulação social da violência no Espírito Santo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FAJARDO, Álvaro; BARRETO, Leonardo; FIGUEIREDO, Sabrina. Programa Estado Presente: em Defesa da Vida. In: **VII Congresso de Gestão Pública**. Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Brasília-DF – 25, 26 e 27 de março de 2014. Anais do VII Congresso de Gestão Pública. 2014.
- GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime**. A verdadeira história do esquadrão da morte. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1978.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. 2018.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Relatório 2017 Jovens Fora da Escola. Ocupação Social**. Vitória-ES, 2017.

- KAHN, Túlio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1393-1404, dez., 2015.
- NADER, Maria Beatriz. **Mudanças Econômicas e relações conjugais: novos paradigmas na relação mulher casamento**. Vitória (ES) 1970-2000. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2003.
- PERES, Maria Fernanda Tourinho; Ruotti, Caren; Vicentin, Diego; Almeida, Juliana Feliciano de; FREITAS, Tais Viudes. Avaliação de programas de prevenção da violência: um estudo de caso no Brasil. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 2, p. 58-71, 2010.
- PERES, MFT; CARDIA, N; MESQUITA NETO, P; SANTOS, PC; ADORNO, S. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 23, p. 268–276, 2008.
- RIBEIRO JR., Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010)**. Vitória: Cousa, 2012.
- ROCHA, Guilherme Dall’Orto. A “greve branca” da Polícia Militar do Espírito Santo: confronto político e efeitos sobre as políticas públicas. In: **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**. FFLCH, USP, São Paulo, 10 a 13 de julho de 2018. Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. FFLCH, USP, São Paulo, 2018.
- RODRIGUES, Márcia Barros F.; CRUZ, Deivison Souza. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo. **Dimensões**, vol. 27, p. 23-39, 2011.
- SAPORI, Luís Flávio. Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? Desigualdade & Diversidade – **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 11, ago/dez, p. 133-158. 2012.
- SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030. SEP, Vitória-ES, 2013.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.
- ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume: FAPES, 2011.
- ZAVERUCHA, Jorge.; NÓBREGA JÚNIOR, José Maria. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.